



## LIMA BARRETO E OS SUBURBANOS: O COTIDIANO TRAÇADO EM LINHAS AFETIVAS

**NETO, Joachin Melo Azevedo**

**RESUMO:** Este texto tem como foco principal discutir a relação entre cotidiano e literatura, partindo das crônicas do escritor Lima Barreto. Ao abordar em sua escrita jornalística diversos temas ligados a vida nos subúrbios como os anseios, temores, alegrias e tristezas das camadas sociais que habitavam os espaços urbanos marginalizados pela ordem republicana, durante o início do século XX, Lima Barreto inseriu suas reflexões sobre o cotidiano em uma dimensão mais ampla que condiz com a denúncia das consequências excludentes da modernidade brasileira. Ao direcionar seu olhar crítico em torno dos costumes de seu tempo, Lima Barreto elaborou um quadro bastante desolador no qual a cidade do Rio de Janeiro é figurada como sendo o palco para o triunfo deliberado de uma série de condutas anti-sociais. Para o cronista carioca, a República consistia em um regime político que incentivava o egoísmo exacerbado, o gosto massificado, os preconceitos de cor e de classe e a decadência moral. Como fruto desta identificação entre Lima Barreto e os populares, temos crônicas marcadas por uma sensibilidade profunda, que conseguiram captar os ritmos dos modos de vida das pessoas simples, a tonalidade das relações sociais que aconteciam nos subúrbios – marcadas também por uma série de relações de força – e os nuances de diversos sujeitos históricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** modernidade, cotidiano, Lima Barreto

**RESUMEN:** Este texto tiene por objetivo discutir la relación entre lo cotidiano y la literatura en las crônicas del escritor Lima Barreto. Mediante sus artículos periodísticos es posible conocer los anhelos, los temores, las alegrías y las tristezas de aquellas personas que habitaban los espacios marginales de la ciudad, en las primeras décadas del siglo XX. Lima Barreto introdujo sus reflexiones sobre lo cotidiano en una dimensión más amplia que permitió denunciar la marginalización producida por la modernidad brasilera. Al dirigir su mirada crítica en torno a las costumbres de su tiempo, Lima Barreto produjo un panoramabastante desolador en el que se calcula la ciudad de Río de Janeiro como el escenario para el triunfo de una sucesión de conductas antisociales. Para el cronista del Río, la República consistía en un sistema político que fomenta el egoísmo exacerbado el gusto masivo, los prejuicios de color y de clase y la

decadência moral. Como resultado de esta identificação entre Lima Barreto y populares, hancrônica marcada por una profunda sensibilidad, que logró la captura de los ritmos de los medios de vida de la gente con n, el tono de las relaciones sociales que se produjeron en los suburbios -tambi n marcada por una serie de relaciones de fuerza-y los matices de los diversos sujetos históricos.

PALABRAS-CLAVE: modernidad, cotidiano, Lima Barreto

Além de ter sido um fino observador da paisagem que compunha os subúrbios, Lima Barreto foi também um verdadeiro etnógrafo da sociedade de sua época. Tanto em suas crônicas, como em seus romances, contos e artigos, os habitantes que davam movimento e se movimentavam em meio à periferia carioca são representados com uma imensa riqueza de detalhes e com bastante profundidade psicológica. O cotidiano suburbano foi o ponto de partida para inspirar diversas crônicas de Lima Barreto. Através dessa constatação, neste artigo irei traçar algumas análises do potencial cognitivo desses escritos com a vida urbana na *Belle Époque* carioca.

Ao refletir sobre a relação, vivida por muitos literatos enquanto drama, sobre escrita e exclusão social, Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência*, fala das diversas possibilidades temáticas que se abrem para o estudioso da literatura que toma como objeto a condição do excluído ou do marginalizado como protagonista da escrita. Neste sentido, cabe ao pesquisador sondar os temas, personagens e situações narrativas através das quais o escritor imprime a denúncia e a reivindicação social. No caso de Lima Barreto, segundo Bosi (2002, p. 258), vale salientar que o escritor fala a partir do lugar de intelectual negro, humilhado e ofendido e é da sensação de ressentimento e impotência diante das tramas que envolvem a manutenção da ordem oficial que “nasce a potência da sua crítica social e política”.

Ao direcionar seu olhar crítico em torno dos costumes de seu tempo, Lima Barreto elaborou um quadro bastante desolador no qual a cidade do Rio de Janeiro é figurada como sendo o palco para o triunfo deliberado de uma série de condutas anti-sociais. Para o cronista carioca, a República consistia em um regime político que incentivava o egoísmo exacerbado, o gosto massificado, os preconceitos de cor e de classe e a decadência moral. Em *Literatura como missão*, Nicolau Sevcenko (2003, p. 230) sugere que “excluídos os grandes potentados e os plutocratas, era principalmente nas camadas médias e baixas da população que o escritor fixava o seu padrão de identificação e definia as suas simpatias”. Ciente de que a opressão econômica exercida pelas elites estava relegando a maior parte da população brasileira uma condição de abandono e inspirado por ideários polí-

ticos libertários, Lima Barreto aderiu ao anarquismo pacifista.

Essa militância política é um dos fatores que dota a escrita barretiana de uma coerente fundamentação social. Ao fazer uso de um estilo simples, didático e repleto de premissas humanitárias, o cronista estava concebendo o exercício literário como um instrumento capaz de atuar frente a uma preocupação ética maior, que seria a restauração dos laços de solidariedade humana que, para Lima Barreto, haviam sido dissolvidos no mar de arrivismo, brutalidade e intolerância que navegava a jovem república brasileira.<sup>1</sup> Sendo assim:

O estilo composto de Lima Barreto, entre o alto e o baixo, que encampa simultaneamente o trágico e o cômico, revestindo de dignidade o cotidiano prosaico do homem simples é, sem dúvida, a chave de seu realismo social. (SEVCENKO, 2003, p. 298)

Foi justamente inserindo esse registro de fatos cotidianos que parecem serem triviais, em um primeiro instante, dentro de uma reflexão mais apurada, que corresponde com as preocupações do escritor sobre os rumos catastróficos que achava que as práticas políticas, econômicas e culturais estavam tomando que Lima Barreto conferiu para sua literatura ares de testemunho. O cronista realizou, ao longo das suas obras literárias e das crônicas, um exercício dialético no qual vigorou a transposição de fatos históricos para a ficção e, por fim, a sua literatura acabou servindo como uma ferramenta catalisadora dos conflitos e contradições próprios da realidade histórica que viveu. Dessa fusão entre tempo, narrativa e sociedade, realizada por Lima Barreto, nasce toda a riqueza cognitiva de seus escritos.

Como é evidente não apenas as paisagens, mas também as pessoas simples e os hábitos ruralizados dos habitantes dos subúrbios, nas primeiras décadas do século XX, despertaram o interesse do escritor ao longo de toda sua curta vida. Já beirando aos quarenta anos, oscilando entre fases más e plenas em termos de vida pessoal, a figura de Lima Barreto não se resume apenas a de um literato maldito, como coloca Raphael da Silva no ensaio *Os macaquitos na Bruzundangá: racismo, folclore e nação em Lima Barreto*.

Lima Barreto escrevia suas crônicas para alguns periódicos de longo alcance e popularidade, como a *Careta*. Sua forte personalidade atraía um considerável número de leitores, ansioso pelo tom arrebatado de suas linhas e magnetizados por sua imagem de polemista rebelde. Mesmo expressando ressentimento e amargura por não ter atingido o nível de reconheci-

mento literário que considerava mais expressivo e que também era entendido por ele como a estabilidade financeira tão sonhada, mas não alcançada pela sua atividade literária, o escritor inspirava sensível admiração em consideráveis parcelas de leitores de seu tempo. (SILVA, In: CHALHOUB {et. al.}, 2005, p. 187)

Era uma época em que o escritor estava sendo constantemente requisitado para emitir suas opiniões, já reconhecidas pelo teor lúcido e crítico, pela imprensa independente carioca e era constantemente assediado por uma geração de novos aspirantes a escritores que se identificavam com o modo irônico e sarcástico que Lima Barreto costumava se dirigir aos medalhões das letras.<sup>2</sup>

A vida cotidiana dos moradores dos subúrbios, na Primeira República, era marcada por agruras e incertezas, já que tinha de lidar diariamente com a inexistência de uma política governamental de regularização salarial, bem como com a instabilidade nos empregos; falta de moradia, preços de aluguéis altíssimos e a carestia do preço dos gêneros de primeira necessidade. Segundo Maria Cristina Machado (2002, p. 152), os escritos de Lima Barreto tornam-se fontes privilegiadas para analisar o cotidiano dessas pessoas porque "(...) sua identificação e solidariedade com o sofrimento do povo, sua indignação diante da exploração que eles sofrem e, acima de tudo, a perseguição de seus ideais literários produzem, ao lado das imagens da cidade, as mais belas páginas de sua literatura".

Como fruto desta identificação entre Lima Barreto e os populares, temos crônicas marcadas por uma sensibilidade profunda, que conseguiram captar os ritmos dos modos de vida das pessoas simples, a tonalidade das relações sociais que aconteciam nos subúrbios – marcadas também por uma série de relações de força – e os nuances de diversos sujeitos históricos. Por esse prisma, as crônicas do escritor carioca são documentos de uma época e de história do cotidiano, sobretudo, porque se trata de escritos interligados com a vida nas cidades, sua população, seu cotidiano e as alegrias, tristezas ou paixões que por ela circulam.

É entre os moradores dos subúrbios que Lima Barreto desfruta de prestígio e respeito. O fato de ser negro, ser oriundo de uma família sem muitas posses e possuir um estilo desleixado de se vestir não lhe traz entaves, pois, como registra na crônica *Legião da mulher brasileira* – publicada no *A. B. C.* em março de 1920 – é constantemente procurado "(...) no pacato Todos os Santos, nas proximidades de Inhaúma" por "alguns (...) conhecidos e amigos de modesta condição, que me dão a honra de ouvir, nas vendas e botequins, as minhas prédicas sociais e políticas" (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 161). Essas pessoas, além de escutarem suas opiniões,

enxergando no escritor uma espécie de representante dos seus anseios, lhe convidam para ser padrinho nos batizados dos filhos; o ajudam a voltar para casa nas noites de bebedeiras e são solidárias em relação ao drama familiar vivido pelo escritor, proveniente da loucura do seu pai.

Desta forma, sendo um dos primeiros e únicos escritores brasileiros a transformar em tema literário o cotidiano dos suburbanos, afirma ainda na mesma crônica:

Diabo! Eu sou povo também; não descendo, como o presidente, de fidalgos flamengos, que ficaram no Brasil e abandonaram os seus patrícios quando eles foram batidos pelas hostes pernambucanas de André Vidal de Negreiros, Fernandes Vieiras, Camarão e Henrique Dias. Sou essencialmente homem do povo e criticar manifestações artísticas de pessoas da mesma condição que a minha pode parecer pretensão e soberbia. (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 161-2)

As premissas do escritor que aparecem na crônica estão contextualizadas dentro de uma discussão sobre a escolha de um nome para um bloco carnavalesco que deveria desfilar no subúrbio de Todos os Santos. O bloco se chamaria "Rapaduras Gostosas", o que contraria, inicialmente, as expectativas de Lima Barreto, porém, após tecer as considerações autocríticas que aparecem na citação acima, logo desarma os possíveis julgamentos negativos em torno da referida nomeação do cordão de foliões para se convencer de que "(...) podia haver rapaduras amargas" (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 162).

Outra crônica de Lima Barreto bastante reveladora do apreço que os populares lhe direcionavam é *O "muambeiro"*, publicada na revista *Careta* em agosto de 1915. No citado escrito, o literato inicia sua narrativa descrevendo um de seus habituais passeios pelas redondezas da sua vizinhança, para, em seguida, refletir sobre alguns ofícios próprios de pessoas que moravam naquela localidade e de como a labuta desses trabalhadores autônomos era marcada por uma série de infortúnios:

Quando saio de casa e vou à esquina da Estrada Real de Santa Cruz, esperar o bonde, vejo bem a miséria que vai por este Rio de Janeiro. Moro há mais de dez anos naquelas paragens e não sei por que os humildes e os pobres têm-me como pessoa importante, poderosa, capaz de arranjar empregos e solver dificuldades. Pergunta-me um se deve assentar praça na brigada, pois há oito meses não trabalha no seu ofício de carpinteiro;

pergunta-me outro se deve votar no Senhor Fulano; e, às vezes mesmo, consulta-me sobre casos embaraçosos. Houve um matador de porcos que pediu a minha opinião sobre este caso curioso: se devia aceitar dez mil-réis para matar o cevado do Capitão M., o que lhe dava trabalho por três dias, com a salga e o fabrico de lingüiças; ou se devia comprar o canastra por cinquenta mil-réis e revendê-lo aos quilos pela redondeza. Eu, que nunca fui versado em coisas de matadouro, olhei os Órgãos ainda fumarentos nestas manhãs de cerração e pensei que o meu destino era ser vigário de uma pequena freguesia.

Dando continuidade as suas considerações, entra em cena, na crônica, a figura de um vendedor ambulante de laranjas. A partir de uma breve incursão a trajetória de vida desse personagem comum da paisagem suburbana, Lima Barreto implanta as impressões que teve do vendedor em um exercício de circunspeção maior, que aborda as tensões entre o desejo de uma sociedade padronizada e regrada, próprio dos discursos jurídicos, médicos e políticos da *Belle Époque* e os modos tradicionais de subsistência dos populares, como o pequeno comércio ambulante:

Ultimamente, na esquina, veio ao meu encontro um homem com quem conversei alguns minutos. Ele me contou a sua desdita com todo o vagar de um popular.

Era operário não sei de que ofício; ficara sem emprego, mas, como tinha um pequeno sítio lá para as bandas de Timbó e algumas economias, não se atrapalhou em começo. As economias foram-se, mas ficou-lhe o sítio, com as suas laranjeiras, as suas bananeiras (...).

Este ano foi particularmente abundante em laranjas e o nosso homem teve a feliz idéia de vendê-las. Vendo, porém, que os compradores na porta não davam o preço devido, tratou de valorizar o produto, mas sem empréstimo a 30%.

Comprou um cesto, encheu-o de laranjas e saiu a gritar:

- Vai laranja boa! Uma a vintém!

Foi feliz e pelo caminho apurou uns dois mil réis.

Quando, porém, chegou a Todos os Santos, saiu-lhe ao encontro a lei, na figura de um guarda municipal:

- Quedê (sic) a licença!

- Que licença?

- Já sei, intimou o guarda. Você é “muambeiro”. Vamos para a agência

Tomaram-lhe o cesto, as laranjas, o dinheiro e, a muito custo, deixaram-no com a roupa do corpo. Éis aí como se protege a pomicultura. (BARRETO, vol. I, 2004, p. 224-5)

Prevalece, assim, na crônica *O "muambeiro"*, a assertiva de que as intervenções municipais estavam longe de atender aos interesses do grosso da população carioca. De forma bastante incisiva, Lima Barreto almeja evidenciar que a interferência dos poderes públicos no cotidiano nos subúrbios, se fazia contra os populares e suas práticas. Essa modalidade do olhar não se atém na mera contemplação das fachadas da *Belle Époque* e é praticada no intuito de trazer para o debate o aspecto grotesco e injusto da nova ordem que estava em voga.

Lima Barreto, como coloca David Brookshaw (1983, p. 165), na obra *Raça & cor na literatura brasileira*, escreveu "objetivamente sobre o grande número de habitantes mulatos dos subúrbios do Rio (...)". Ainda segundo o autor, é a partir da condição de negro, suburbano e rebelde político e das experiências traumáticas proporcionadas por um senso de desajuste diante dos protocolos e das exigências da cidade das belas letras, que os escritos do autor se tornaram retratos tão fiéis das tensões sociais de sua época.

As tensões sociais que ficaram representadas nas crônicas de Lima Barreto foram retiradas, em estado bruto, portanto, do espaço e do tempo que circundavam a realidade do escritor. Afinal, é o próprio Lima que afirma, na crônica *Os outros* – publicada na *Careta*, em 1915 – que "não há prazer maior do que se ouvir pelas ruas, pelos bondes, pelos cafés, as conversas de dois conhecidos" (BARRETO, vol. I, 2004, p. 253). Das cenas cotidianas mais triviais, o cronista carioca retirava os elementos necessários para compor sua arte, que consistia em dotar de uma dimensão útil, ligada ao exercício de uma reflexão crítica sobre a sociedade carioca, a narração de fatos tidos como de menor importância.

Essa tensão que existe na escrita de Lima Barreto em relação à percepção que o narrador tem das instituições oficiais é placidamente analisada por Alfredo Bosi na obra *Literatura e resistência*. Para Bosi, o que mais motivava o cronista carioca a satirizar e questionar as medidas governamentais era a incoerência que a República brasileira possuía com os ideais justos e solidários, pregados durante o advento da Revolução Francesa. Portanto, segundo as convicções barretianas, "as instituições deveriam perder o seu poder cruel de marginalizar um cidadão de pele escura ou roupa surrada" (BOSI, 2002, p. 202).

Essa dimensão discriminatória, embasada em teses racistas, que a política oficial instituía era notada e denunciada por Lima desde suas primeiras manifestações intelectuais e essas críticas feitas pelo escritor são comumente encontradas não apenas em sua produção crônística, mas também em seu universo ficcional.<sup>3</sup> O escritor era portador de uma consciência plena das condições pessoais que o levaram a se engajar contra o que entendia por toda sorte de injustiças sociais e afirma,

em 1917, “nasci sem dinheiro, mulato e livre” (BARRETO, vol.1, 2004, p. 271). Se sentido representante dos anseios de cidadania dos populares que partilhavam de infortúnios semelhantes aos seus, Lima Barreto “(...) cobra dos políticos e autoridades tudo aquilo que tem direito, fazendo-se porta-voz de um amplo e numeroso contingente populacional que sofre toda sorte de exclusão, mergulhado na miséria e no analfabetismo do subúrbio carioca” (BOTELHO, 2002, p. 97-8).

Articularei um diálogo entre duas crônicas de Lima Barreto – *O destino do Chaves e Iaiá das Marimbas* – que aparentemente possuem conteúdos temáticos bastante diferentes, para ilustrar um dos caminhos possíveis para a compreensão dos vínculos entre história, escrita e cotidiano. Em *O destino do Chaves* – publicada na *Careta*, em dezembro de 1920 – o literato inicia seu escrito valendo-se de um recurso estilístico que aproxima a narrativa da composição que é própria dos contos ficcionais. Trata-se de uma crônica sobre a trajetória biográfica de um personagem que Lima nomeia de Felismino Felicíssimo Chaves da Costa. Nascedo em meio a uma família abastada, assim procedem os ritos que marcam o seu rebento para a vida:

Antes do batismo, sua mãe, senhora duplamente crente, tanto na igreja católica como nas práticas de adivinhação e feitiçaria, mandou chamar algumas pessoas conspícuas e entendidas nestas últimas misteriosas coisas e pediu-lhes que dissessem o futuro da criança. A mãe do Chaves ainda estava de resguardo; e as “fadas” locais disseram a *buena dicha* do pequeno, da parturiente, onde estava o berço do recém-nascido. (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 241)

Essas pessoas entendidas de feitiçaria são Vitória, uma velha cabocla, que Lima afirma ser uma descendente dos caetés e Maria Ângela, respeitada rainha de terreiro e “Pai” Luís, um preto velho. As aspas que estão postas no termo “fadas” já parecem alertar o leitor para o fato de que a crônica literária será marcada por um forte matiz irônico, pois ali estão como fadas madrinhas – termo muito próprio do imaginário pagão europeu – três autênticos representantes de manifestações religiosas que, além de serem celebradas entre as camadas sociais brasileiras mais pobres, estavam sendo perseguidas pela nova ordem republicana.

Após a cabocla Vitória desferir um parecer positivo sobre o desenrolar da vida do Chaves, vejamos como Lima Barreto descreve as adivinhações místicas de Maria Ângela e do “Pai” Luís em relação ao futuro da criança:

Seguiu-se a velha índia a não menos velha Maria Ângela, uma preta da raça “cabundá”, rainha do terreiro e respeitada por toda aquela redondeza, pelo poder de seus bruxedos se feitiços. Era aparecer alguém com moléstia tenaz, queixar-se de atrasos da vida ou desgraças domésticas, todos aconselhavam a *una voce*: – Isto, Dona Dada, por exemplo – é uma coisa feita. Não há que ver!

Por que a senhora não procura a “tia” Maria Ângela, para “cortar”?

Sendo assim famosa e respeitada, indo ler o horóscopo do infante Felismino, esperava ser a primeira ouvida. Não o foi, porém; e agastou-se. Contudo, não deixou trair o seu despeito.

Quando chegou a sua vez de deitar o vaticínio, preliminarmente fez uns passos de jongo, em melopéia horrível e profética:

– Sim, menino, meu anjinho, “vancê” será grande coisa... Mãe é bem boa... Eu não “corta”... Mas “vancê” não será feliz naquilo que

em “vancê” e os seus “quisé”.

A mãe não se conteve e perguntou: – Em que será então?

A velha negra não teve tempo de responder. “Pai” Luís, um velho pret “congo” também entendido nessas coisas transcendentais de adivinhar o futuro... dos outros, e que viera prognosticar a vida a vir de Felismino, apressou-se, um tanto amuado, em afirmar:

– Eu não “gunguria ningror”; não “quê botá biongo” nem “mangá”, mas eu “diz” que criança “sê macota” no que ele não “sabê”. (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 241-2)

Continuando a crônica-conto, Lima Barreto salienta que Felismino Chaves acabou matriculando-se na Escola Militar do Ceará e, não obtendo sucesso na carreira militar, acabou indo estudar Medicina na Bahia. Como não demonstrava a mínima aptidão para o ofício de médico, abandonou a faculdade baiana e formou-se em Direito. Tornando-se promotor e depois juiz, foi eleito deputado do Ceará. Chaves ainda consegue o cargo de governador da República e, na maturidade, “deitou-se senador e levantou-se da cama ministro de Estado dos Negócios da Marinha”. Como conclui, cinicamente, Lima Barreto encerra afirmando que “todos os horóscopos dos feiticeiros de sua terra se haviam cumprido exatamente” (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 242).

Não gostaria de enfatizar aqui a questão do posicionamento crítico do cronista carioca em relação ao que taxava de culto republicano aos diplomados. No tocante ao título acadêmico de Bacharel em Direito recebido por Chaves e como esse título consegue cavar para o personagem todo tipo de privilégios advindos de altos cargos políticos – que, para Lima, deveriam ser ocupados por políticos comprometidos com a Nação, mais do que por um doutor diplomado – temos uma

representação satírica dos quadros em que se encontravam a política brasileira e das causas de seu atraso, pois, justamente, para Lima Barreto, a rédeas da jovem república estavam nas mãos de pessoas que não possuíam a mínima vocação para instaurarem uma ordem progressista e civilizada.

Acho mais pertinente explorar aqui uma outra representação construída por Lima Barreto: trata-se da elaboração que o escritor faz de manifestações culturais e de etnias que compõem a identidade nacional. O fato de ser uma velha índia a primeira a proferir o horóscopo, deixando a negra Maria Ângela irritada é uma provocação, sem dúvida, aos postulados do que se convencionou chamar de movimento indianista.<sup>4</sup> Para Lima, era risível a busca, por parte de uma elite letrada, cujo expoente mor tornou-se José de Alencar, em construir uma identidade nacional a partir da exaltação de uma série de virtudes que seriam encontradas nos índios brasileiros, porque o elemento africano e afro-brasileiro era, praticamente, anulado na história brasileira ou sua visibilidade sedava apenas como portador de uma série de qualidades negativas que se disseminaram entre o povo brasileiro com a mestiçagem.

No ensaio *Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX*, Renato Ortiz discute a disseminação e assimilação das teorias raciológicas entre os acadêmicos brasileiros. É interessante perceber como um intelectual dissidente dessas teses raciológicas, como Manoel Bonfim, atribuía era aos colonizadores portugueses qualidades funestas que foram herdadas pelos brasileiros como o “conservantismo e a falta de espírito de observação” (ORTIZ, 2003, p. 25). Porém, prevaleceu entre as elites intelectuais da época, principalmente entre sociólogos, a concepção de que o brasileiro era o legatário da indolência dos negros, o que leva Renato Ortiz a perceber que essa forma de “pensamento científico (...) está mais próximo da ideologia” (ORTIZ, 2003, p. 33).

A questão é que, para Lima Barreto, a etnia negra e suas tradições culturais eram tão influentes na história brasileira quanto às previsões certeiras de Maria Ângela, que atuava realizando seu ofício mesmo entre as elites brancas, que podiam custear a faculdade de um rapazote, indeciso e sem grandes talentos, que se torna político porque, justamente, não tinha a mínima vocação para tal cargo. Como sempre, existe também uma crítica de Lima Barreto a hipocrisia que predominava entre as classes abastadas, ao acusarem de bárbaras e criminosas as religiões africanas e indígenas embora não hesitassem em recorrer aos sacerdotes dessas religiões para solucionarem seus impasses pessoais.

Na breve crônica *laiá das Marimbas* – publicada também na *Careta*, em junho de 1922 – Lima Barreto muda o tom da conversa, mesmo retornando a falar

sobre a cultura afro-brasileira, pois a própria narrativa já aparece sob o compasso de testemunho do cotidiano. Dessa vez, o cronista não tece uma ironia em torno da necessidade das elites de se valerem dos préstimos de representantes de práticas religiosas que, oficialmente, deveriam ser banidas. De forma muito mais direta e incisiva, Lima afirma sua simpatia por essas práticas perseguidas para denunciar a intransigência e o preconceito, do governo republicano ao deixar a carga da polícia a repressão aos cultos africanos:

É uma cousa curiosa dos nossos costumes o que, certas vezes, o noticiário policial revela. Há dias, não sei há quantos, o comissário

doutor Edgar Romero, foi obrigado a prender por causa de um “rolo” setenta e poucos sócios de uma sociedade dançante, que se diz familiar, intitulada “Iaiá das Marimbas”.

A toda a gente, tal cousa parecerá de pouco apreço; mas a um observador de costumes, relacionando-os com a formação da nacionalidade, a cousa tem mais interesse do que a questão das candidaturas presidenciais.

Vejam os senhores só como a estratificação da nossa sociedade foi acabar de tal forma que a polícia formidável do Senhor Geminiano é obrigada a arranjar um comboio de “viúvas-alegres” para prender

quase uma centena de freqüentadores e freqüentadoras de “candomblés”.

Eu mesmo, apesar de todas intoxicações, inclusive a científica, tenho tentação dos “candomblés”, “canjerês”, “mambembes” e os freqüento. Com a polícia acontece o mesmo. Eles gostam de tais cerimônias religiosas de certa maneira, tanto assim que lhe dão um tento para surpreendê-las.

O doutor Edgar Romero, que prendeu tanta gente, sem culpas nem crime formado, me disse como Tito, a delícia do gênero humano:

– Foi o melhor dia da minha vida; e isto por causa da “Iaiá das Marimbas”. (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 525)

A crônica *Iaiá das Marimbas* é um verdadeiro apelo à tolerância religiosa, nos tempos da *Belle Époque*; um clamor pelo que se pode entender por respeito à alteridade do outro. O governo republicano havia posto na ilegalidade festas tradicionais – como a festa da Penha – e várias outras manifestações que eram levadas a cabo por ex-escravos, seus descendentes e simpatizantes. Como forma de adaptação e sobrevivência à repressão imposta pelo governo, marcada, pelo uso da força militar, os membros e adeptos das religiões africanas reservaram para a clandestinidade as faces mais rígidas de suas danças e rituais e diluíram – com o

cuidado de atender as exigências das conveniências oficiais – o teor rítmico e temático de suas manifestações religiosas em versões comercializáveis, que deram origem ao maxixe e ao samba carioca.

Sendo assim, a partir do diálogo entre as crônicas *O destino do Chaves e Iaiá das Marimbas*, pode-se ter uma idéia de que a situação do elemento étnico negro na *Belle Époque* era marcada pela marginalidade. Marginalidade essa que pode ser percebida desde o silenciamento do negro na construção da identidade nacional, pois a luta abolicionista – movimento de tendências plurais e encabeçada por intelectuais de diversas origens e matizes, como Joaquim Nabuco, André Rebouças, Luís Gama, Rui Barbosa, José do Patrocínio dentre outros – esbarrou na estratégia adotada pelos fazendeiros do Sul para conseguirem braços livres para o trabalho, que foi exigir do governo o financiamento da entrada de imigrantes no Brasil. A república não garantiu perspectivas para o futuro dos ex-escravos e, ainda por cima, passou a perseguir as práticas culturais que afirmavam a identidade e a solidariedade entre essas pessoas.<sup>5</sup>

O prefeito Carlos Sampaio esteve frequentemente figurando as páginas das crônicas de Lima Barreto. O período que perdurou sua administração corresponde aos últimos anos de vida do literato carioca, que já estava aposentado do serviço público na Secretaria de Guerra e agora se dedicava inteiramente a sua paixão pelas letras, sem entraves ou ressalvas diante dos poderes oficiais. Na verdade, o prefeito em questão se achava herdeiro do legado deixado por Pereira Passos, que deu início ao “bota-abaixo” no começo da *Belle Époque* carioca e protagonizou todos os esforços possíveis para que a cisão entre o Rio “civilizado” e a cidade dos populares fosse ainda mais acentuada.

Na crônica *O prefeito e o povo* – publicada na *Careta*, em janeiro de 1921 – Lima Barreto chega a se referir, diretamente e de forma bastante ríspida, ao prefeito Carlos Sampaio como “(...) um grande prefeito, não há dúvida alguma; mas de uma cidade da Zambézia ou da Conchichina” (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 294). Para o autor da crônica, era inaceitável o fato de que a municipalidade investisse tanto em obras que fossem voltadas para o culto as fachadas e as aparências, ao passo que as próprias andanças do literato pelos subúrbios eram cada vez mais marcadas por tropeções dados em pedregulhos nos calçamentos das ruas, que estavam em péssimo estado de conservação. Também era intolerável para Lima Barreto constatar que “municipalidades de todo o mundo constroem casas populares; a nossa, construindo hotéis chics, espera que, à vista do exemplo, os habitantes da Favela e do Salgueiro modifiquem o estilo de suas barracas” (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 295).

Outro ato tido como absurdo, por Lima Barreto, do prefeito Carlos Sampaio foi impor que crianças pobres e semi-analfabetas cantassem o hino belga, no idioma francês, em uma cerimônia destinada a homenagear o Rei Alberto. Na crônica *Estupendo melhoramento*, publicada na *Careta*, em outubro de 1921, o escritor assim discorre sobre a iniciativa do prefeito:

Todos os prefeitos do Distrito Federal (que nome horrível!) sempre se voltaram para a instrução pública: uns, construindo edifícios para escolas; outros, instituindo estabelecimentos de ensino profissional; outros, lembrando a criação de escolas noturnas para adultos ou para crianças; um outro, muito sabiamente, o maior, aboletou numa escola, que não cabia duzentos, mil e quinhentos alunos. O doutor Sampaio fez coisa extraordinária: de um dia para outro, decretou que todas as crianças pobríssimas, tais são as que comumente freqüentam as escolas públicas soubessem pronunciar francês. Disraeli nunca soube bem; Diez que, teoricamente, o sabia como ninguém, segundo Gaston Paris, tinha dificuldades em falá-lo desembaraçosamente; mas – como são as coisas desta terra e o quanto pode um *ukase* do ultrapoderoso doutor Sampaio! – as crianças do Rio de Janeiro, num instante, aprenderam-no logo e cantaram magnificamente o hino belga, em coro, caindo de inanição, de sede e insolação, na Quinta da Boa Vista. Contam que o Rei Alberto, que recebia a estranha homenagem, dissera ao ouvi-las:

– Quando cantado, o português se parece muito com o francês. (...)

Um tão estupendo melhoramento municipal, pelo que lhe somos eternamente gratos, devemos a iniciativa do Senhor Carlos Sampaio.

Que homem viajado! (BARRETO, vol. 2, 2004, p. 435-6)

O olhar do literato carioca estava bastante atento para a atuação maquiadora que o poder municipal estava empreendendo naquele momento histórico. Se a modernidade brasileira teve sempre uma dimensão cosmética, sou seja, foi consolidada mais como um processo que atendesse as demandas e desejos de elites ávidas por aderirem às últimas tendências do mundo europeu não por questão de princípios éticos e filosóficos, mas para aparentarem estar em consonância com os últimos requintes e exigências do comportamento tido como civilizado, tal iniciativa de Carlos Sampaio ilustra bem como a noção de civilização foi recepcionada de forma distorcida pelos dirigentes da nascente república brasileira.

Em meio a essa arena de disputas e tensões sociais, Lima Barreto, como coloca Beatriz Resende – em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos* – irá

tomar partido, abertamente, pelo lado dos populares, se sentido inteiramente habilitado para assumir a “função social de intelectual interlocutor entre povo e público” (RESENDE, 1993, p. 147). Essa orientação humanista, que inspirou o cronista a escrever as passagens mais tocantes da sua produção literária, consegue captar a inadmissível contradição que existia nesta cena na qual crianças maltrapilhas e cambaleantes cantavam em francês para um membro da nobreza européia. Tal acusação feita por Lima Barreto e a ferrenha ironia com que se dirige a Carlos Sampaio serve como um lúgubre indício da falta de compromisso dos representantes públicos diante dos anseios populares mais básicos.

Neste artigo almejei travar uma discussão sobre a relação conflituosa que havia entre os interesses do grosso da população urbana do Rio e o poder que era mantido sob o aval das instituições oficiais, desde a polícia até a municipalidade. Embora as crônicas de Lima Barreto que foram aqui analisadas sejam apenas uma amostragem, cuidadosamente escolhida, de um vasto conjunto de críticas e incursões do literato sobre o tema do cotidiano das camadas sociais populares, elas não deixam de colocar seus leitores diante dos quadros de uma modernidade excludente e estarrecedora.

## NOTAS

\*Informações a serem acrescentadas posteriormente, caso o trabalho seja aceito para publicação.

<sup>1</sup> Na dissertação *Uma outra da face da Belle Époque carioca: o cotidiano nos subúrbios nas crônicas de Lima Barreto*, em 2010, analisei de forma mais sistemática a ocorrência de temas ligados a vida suburbana em crônicas, romances e artigos do escritor carioca (AUTOR, 2010).

<sup>2</sup> No segundo capítulo de sua tese de doutorado, defendida em 1987, intitulada *Dentes negros, cabelos azuis: Lima Barreto e a cidadania em fragmentos*, Beatriz Resende dá os primeiros passos em direção a história da recepção da literatura barretiana.

<sup>3</sup> Recomendo a leitura dos romances *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* e *Clara dos Anjos*, enquanto expoentes da escrita de um Lima Barreto profundamente combativo contra os preconceitos de cor e de classe social.

<sup>4</sup> Na crônica *O nosso caboclisto*, publicada na *Careta* em outubro de 1919, Lima Barreto ridiculariza o movimento indianista de forma mais direta quando afirma que os criadores do indianismo nada tinham de tupinambás. (Cf. BARRETO, vol. 2, 2004, p. 32).

<sup>5</sup> Para Maria Machado, em *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*, o cronista carioca “rara lucidez contra-ideológica que contribuiu de modo contundente para a formação de uma cultura de resistência em nada semelhante a visão oficial da República nascente, marcada pela amenidade” (MACHADO, 2002, p. 97).

## REFERÊNCIAS:

- AUTOR. *Uma outra face da Belle Époque carioca: o cotidiano nas crônicas de Lima Barreto*. Dissertação (Mestrado em História). Campina Grande: UFCG, 2010.
- BARRETO, Lima. *Toda crônica*. Vol. 1 (1890 – 1919). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Toda crônica*. Vol. 2 (1919 – 1922). Apresentação e notas de Beatriz Resende; organização de Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOTELHO, Denílson. *A pátria que quisera ter era um mito: o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, 2002.
- BROOKSHAW, David. *Raça & cor na literatura brasileira*. Tradução de Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiânia: Ed. da UFG; São Paulo: EDUSP, 2002.
- ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: a teorias raciais do século XIX. In: \_\_\_\_\_. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Dentes negros, cabelos azuis: Lima Barreto e a cidadania em fragmentos*. Tese (Doutorado em Letras). Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.
- SILVA, Raphael. Os macaquitos na Bruzundanga: racismo, folclore e nação em Lima Barreto. In: CHALHOUN, Sidney [et. al.]. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.